

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E NOVAS TERRITORIALIDADES URBANAS NO ESTADO DE SÃO PAULO¹

Maria Encarnação Beltrão Sposito²

INTRODUÇÃO

A urbanização contemporânea pode ser caracterizada por diferentes aspectos, dentre os quais destacamos a tendência marcante de diluição das formas urbanas compactas, em decorrência da produção de uma cidade mais extensa e descontínua.

A difusão do uso do transporte auto-motor criou novas possibilidades e mostra como um avanço técnico criou as condições para a constituição dessa nova forma urbana.

Esse fato é importante para explicar como a forma urbana pôde mudar, no entanto, não é suficiente para compreender porque isso se deu.

Uma primeira avaliação poderia conduzir a uma explicação, de certa forma elementar, ou seja, na medida em que as cidades cresceram em termos demográficos e funcionais, sua expansão territorial levou a processos de aglomeração, gerando tecidos urbanos que resultam de um complexo processo de junção de territórios urbanos que se constituíram separadamente e de ampliação constante desses espaços.

Neste texto, vamos apresentar uma análise das novas territorialidades urbanas no Estado de São Paulo, considerando-se a escala interurbana das relações entre seus maiores centros urbanos, muito embora o enfoque das formas de produção do espaço urbano, no nível intraurbano, seja igualmente importante para compreender a urbanização contemporânea e pudesse complementar a abordagem escolhida.

Após uma contextualização da problemática em estudo, uma análise da evolução demográfica recente desses principais centros urbanos será o ponto de partida, para que se apresente um quadro populacional que possa, em seguida, ser compreendido como reflexo e condição de um conjunto de mudanças mais profundas.

As mudanças na rede urbana paulista serão enfocadas, ainda que de forma sucinta, para que se possa oferecer elementos para a compreensão das transformações que vem ocorrendo na divisão regional do trabalho no Estado de São Paulo, elas próprias articuladas às mudanças, em níveis mais amplos, da divisão do trabalho e à redefinição do modelo do sistema produtivo hegemônico – o industrial – no modo capitalista de produção.

Por fim, numa expectativa de se caminhar para um síntese, ainda que parcial, da reflexão realizada, apresentamos uma discussão sobre a redefinição da centralidade interurbana dessas cidades paulistas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir da década de 1950, vem se observando uma tendência de maior crescimento demográfico das grandes cidades, gerando processos de metropolização e, em alguns casos, de formações de megalópoles. Essa tendência ao crescimento urbano mais intenso das grandes áreas urbanas tem sido, freqüentemente, a base da explicação da emergência de novas formas espaciais que acabam, então, sendo compreendidas pelas suas dimensões demográficas e territoriais.

O que há de mais relevante para ser analisado é, ao nosso ver, a tendência a um crescimento demográfico e a uma extensão territorial urbana descontínua mesmo em cidades que não estão passando por dinâmicas de metropolização e/ou aglomeração urbana.

Esse fato indica que explicar as novas formas como decorrência apenas do crescimento acelerado demográfico e das grandes áreas urbanas não é suficiente.

É necessário avaliar as relações existentes entre ampliação dos papéis urbanos e novas formas de produção do espaço urbano. Por outro lado, e com a mesma importância, é preciso considerar os

¹ Pesquisa realizada com apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

² Departamento de Geografia e GASPERR - Grupo Acadêmico "Produção do Espaço e Redefinições Regionais" da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Presidente Prudente - Estado de São Paulo - Brasil. E-mail sposito@prudenet.com.br

acentuados interesses fundiários e imobiliários decorrentes da expansão territorial das cidades, o que redefine as formas de produção do espaço urbano.

A articulação entre esses processos tem em sua base o redimensionamento do par cidade-urbanização, o que exige e produz mudanças territoriais e funcionais em cidades de diferentes portes e não apenas nas grandes cidades³.

Esse redimensionamento vem sendo observado em países de economia mais consolidada, desde a primeira metade do século XX, e, embora o conjunto das dinâmicas que o sustentam seja mais recente no Brasil, é notável o ritmo com que elas estão se desenvolvendo em algumas parcelas do território brasileiro.

A pesquisa que estamos realizando tem como objetivo avaliar como a ampliação das possibilidades de circulação, na escala intraurbana e na escala interurbana, está produzindo formas espaciais mais diluídas e mais complexas.

Estamos verificando como novas formas de produção do espaço urbano, que resultam em tecidos sem contigüidade territorial, são as responsáveis pela constituição de largas tramas urbanas, marcadas por uma estruturação polinucleada, capaz de produzir e responder a novas demandas propiciadas pela ampliação dos papéis urbanos do conjunto das cidades e pela diferenciação dos papéis entre elas.

Há, enfim, um padrão de desconcentração territorial que é, às vezes, compreendido como negação da aglomeração ou inversão da tendência de urbanização. Essa desconcentração deve ser vista, ao nosso ver, como condição e expressão de novas lógicas de localização, que engendram novas práticas sociais e que se realizam redesenhando essa nova morfologia urbana.

O recorte territorial de nossa pesquisa é o Estado de São Paulo - Brasil, onde a grande concentração de atividades econômicas é propulsora de mudanças rápidas, quer para responder aos ajustes impostos pelas recentes transformações no modo capitalista de produção, quer para fazer frente à maior competitividade territorial imposta pela descentralização das atividades industriais, observada, no Brasil, nas últimas décadas.

Assim, tanto no nível da concentração econômica e financeira, como naquele da reestruturação do processo produtivo e, ainda, no das estratégias territoriais dos diferentes agentes de produção do espaço, verifica-se que, no Estado de São Paulo, as mudanças mais rápidas e mais intensas tornam esse território ímpar para a análise proposta.

Há, ainda, que se considerar o fato de que, em termos nacionais, é nesse território, desde o período da expansão cafeeira (segunda metade do século XIX e primeiras duas décadas do século XX), que se constituiu uma rede urbana, relativamente densa, composta por cidades de diferentes portes, ainda que o grau de centralização das decisões em São Paulo – capital – indique a necessidade de avaliação das relações no interior dessa rede.

A pesquisa está tomando como referência a expansão territorial de 16 áreas urbanas paulistas, desde a área metropolitana (cerca de 16 milhões de habitantes) até áreas urbanas de médio porte (acima de 150 mil habitantes). A escolha de cidades de diferentes portes tem como objetivo verificar as semelhanças e diferenças, que entre elas há, no que se refere ao ritmo de crescimento demográfico e o grau de centralidade interurbana que exercem, em função da redefinição de seus papéis urbanos, dada por mudanças recentes na divisão regional do trabalho no Estado de São Paulo.

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO URBANO

A evolução recente do crescimento demográfico das principais cidades paulistas permite-nos verificar que o vetor de aumento mais acentuado da metrópole começou a se arrefecer, a partir dos anos de 1980.

Tabela 1

ESTADO DE SÃO PAULO – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA 1970/1996

Municípios	1970	1980		1991		1996	
	Popul ação	Popula ção	*	Popul ação	*	Popul ação	*
São Paulo	5 924 615	8 337 241	,0	9 412 894	,1	9 391 482	0,1

³ Para o desenvolvimento dessas idéias, ver SPOSITO (1999).

Campinas	357	591		824		872	
	866	557	,5	924	,5	652	,1
S. José dos Campos	141	276		425		462	
	315	901	,5	515	,8	729	,7
Ribeirão Preto	200	308		426		454	
	349	345	,2	819	,4	124	,2
Sorocaba	168	265		374		428	
	283	956	,8	108	,6	153	,8
Santos	342	414		427		410	
	055	710	,1	273	,2	496	0,7
S. José do Rio Preto	114	179		275		304	
	285	007	,6	450	,8	893	,1
Piracicaba	142	197		269		290	
	413	904	,8	961	,3	935	,5
Bauru	129	180		255		287	
	907	761	,9	669	,7	530	,4
Franca	86	144		227		261	
	863	117	,5	854	,2	327	,9
Taubaté	106	161		197		210	
	495	411	,1	801	,0	338	,2
Marília	81	107		150		170	
	060	299	,2	520	,6	746	,6
São Carlos	80	110		148		164	
	781	235	,1	408	,1	103	,1
Presidente Prudente	98	129		160		162	
	231	903	,2	227	,1	339	,2
Araraquara	95	118		156		160	
	175	778	,4	465	,8	248	,4
Araçatuba	96	116		150		157	
	635	431	,0	905	,6	773	,9

Fonte: Fundação IBGE – Censos Demográficos 1970 a 1991 e Contagem Populacional 1996

* Crescimento anual no período intercensitário

Os dados da tabela 1 indicam que, no período 1970/1980, o aumento populacional urbano da capital – São Paulo – ainda foi significativo⁴, pois os 4% de crescimento anual destaca-se no conjunto das maiores cidades paulistas, ainda que esse crescimento tenha sido ainda maior nas cidades de São José dos Campos, Campinas, Franca, Sorocaba, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Taubaté e São Carlos.

A observação dos períodos 1980/1991 e 1991/1996 indica, no entanto, um arrefecimento rápido do ritmo de crescimento da metrópole paulistana, em termos populacionais, o que não significa, como demonstraremos adiante, perda de seus papéis econômicos e de comando.

A partir de 1980 duas dinâmicas se sobrepõem. De um lado, há o declínio do crescimento demográfico em todas as grandes áreas urbanas paulistas, em comparação ao período 1970/1980, em função da queda da taxa de crescimento vegetativo que vem ocorrendo em todo o país, e de forma mais acelerada no Estado de São Paulo.

De outro lado, alguns dos pólos regionais estaduais tiveram crescimento demográfico bem maior que a capital, que no último período intercensitário teve decréscimo populacional (-0,1%). Destacam-se entre 1980 e 1991, o ritmo do crescimento demográfico de Franca (5,2%), São José dos Campos (4,8%) e São José do Rio Preto (4,8%). Entre 1991 e 1996, o ritmo maior de aumento populacional deu-se em Franca (2,9%), Sorocaba (2,8%) e Marília (2,6%)⁵.

A dinâmica populacional paulista, nas últimas décadas, revela, então, uma tendência à desconcentração populacional, decorrente, inclusive, dos movimentos migratórios.

⁴ É necessário considerar, para a análise, que os dados aqui se referem à base municipal. Uma avaliação, tomando-se como referência o agrupamento municipal por aglomerações urbanas ou áreas metropolitanas, mostraria que o crescimento demográfico foi maior do que o que se observa na tabela, pois houve, no período, uma tendência à expansão territorial urbana dessas áreas, com aumento maior da população nos municípios periféricos do que no município principal da aglomeração ou metrópole, em função, inclusive, da elevação dos preços fundiários e imobiliários nas áreas urbanas melhor servidas de meios de consumo coletivo.

⁵ Novamente chama-se a atenção para o fato de que, se análise tivesse como referência os dados agregados por aglomerações urbanas, notar-se-ia igual destaque para o crescimento demográfico de Campinas, pois seria considerado o aumento populacional dos municípios da periferia de sua aglomeração urbana.

No período 1980/1993, do total dos movimentos migratórios realizados, no Estado de São Paulo, pelos chefes de família, mais de 50% foram intra-estaduais, conforme dados apresentados por Baeninger (1997, p. 59), que também destaca as perdas populacionais da metrópole, decorrentes dos fluxos migratórios para o interior paulista:

“Considerando o contexto inter-regional, é importante destacar a significativa participação dos movimentos com origem na Região Metropolitana de São Paulo para todas as regiões em estudo. Conforme as tendências captadas pelo universo amostral da pesquisa, a migração proveniente da metrópole, fortalecendo o movimento incipiente iniciado nos anos 70, garantiu o maior peso da migração intra-estadual no total do movimento migratório de cada região.” (p. 57)

Essa tendência à desconcentração populacional no Estado de São Paulo deve, entretanto, ser relativizada por dois dados. A região metropolitana de São Paulo ainda tem quase a metade da população estadual e, se consideramos dados regionais (e não apenas municipais como os contidos na tabela 1), o maior crescimento demográfico das duas últimas décadas deu-se, sobretudo, nas regiões estaduais mais próximas e melhor articuladas, pelos sistemas de auto-estradas, à região metropolitana, como as de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Ribeirão Preto.

Esses fatos denotam mudanças na rede urbana paulista o que, ao nosso ver, guardam relação direta com a recente redefinição da divisão regional do trabalho no Estado de São Paulo, mas também com novas formas de expansão urbana.

As informações contidas na tabela 2 mostram que o número de municípios com mais de 20 mil habitantes aumentou, entre 1980 e 1996. Ao se considerar a distribuição dos contingentes populacionais por faixas de tamanho dos municípios, verifica-se que o aumento da participação porcentual deu-se nas faixas entre 100 mil e 1 milhão de habitantes, tendo havido, portanto diminuição da participação dos pequenos municípios e da metrópole - São Paulo - no total do Estado de São Paulo.

Tabela 2
ESTADO DE SÃO PAULO
Número de municípios e população, segundo faixa de tamanho populacional
1980/1996

Faixas de tamanho (habitantes)	Número de municípios	%	População	%	Número de municípios	%	População	%
Total	572	100,00	24 953 238	100,00	625	100,00	43 074 644	100,00
Até 20 mil	401	70,10	3 143 471	12,60	403	64,48	3 028 206	7,89
De 20 001 a 50 mil	95	16,61	2 895 092	11,60	116	18,56	3 583 247	8,52
De 50 001 a 100 mil	42	7,34	2 700 489	10,82	50	8,00	3 577 250	8,50
De 100 001 a 250 mil	23	4,02	3 552 770	14,24	36	5,76	5 419 420	12,90
De 250 001 a 500 mil	7	1,22	2 442 492	9,79	14	2,24	4 847 589	11,23
De 500 001 a 1 milhão	3	0,52	1 743 544	6,99	5	0,80	3 782 803	8,87
Acima de 1 milhão	1	0,17	8 475 380	33,97	1	0,16	9 836 129	22,87

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991 e Contagem Populacional 1996.
 Extraído de São Paulo (1999, p. 14).

MUDANÇAS NA REDE URBANA PAULISTA

As transformações por que vem passando a economia capitalista nas duas últimas décadas do século XX, decorrentes de ajustes profundos no sistema produtivo, têm sido freqüentemente analisadas do ponto de vista das mudanças tecnológicas, que se constituem em base e meio dessas transformações.

A importância e aumento do uso da informática e das comunicações, por satélites, responsáveis pela “contração do tempo e do espaço” tem sido o aspecto mais destacado da Terceira Revolução Industrial.

Num segundo plano, as mudanças de ordem organizacional tem sido mencionadas como importantes, através do destaque dado ao caráter flexível do novo sistema produtivo. Diminuição da especialização do trabalho, aumento da terceirização e estímulo à articulação entre grandes e pequenas empresas tem sido estudados e ressaltados para explicar as transformações contemporâneas.

Menor destaque tem sido dado às mudanças territoriais⁶ e, no entanto, elas nos parecem tão significativas e indispensáveis quanto as outras, ao se considerar os meios e condições necessários a essa revolução no sistema produtivo.

Camagni (1993 b) refere-se a três lógicas de organização espacial – a territorial, a concorrencial e a de rede – analisando-as do ponto de vista das empresas, do sistema urbano e da cidade. Para nossa análise da rede urbana paulista, vamos considerar os elementos destacados, pelo autor, para a caracterização do sistema urbano, a partir dessas três lógicas.

Quadro 1
As três lógicas de organização espacial – sistema urbano

Lógicas de organização	Territorial	Concorrencial	Em Rede
Características			
<i>Princípios</i>	<i>Dominação</i>	<i>Concorrência</i>	<i>Cooperação</i>
<i>Forma</i>	<i>Hierarquia</i>	<i>Especialização</i>	<i>Redes de cidades</i>
<i>Setores</i>	<i>Agricultura, administração, atividades terciárias tradicionais</i>	<i>Indústria: Distritos industriais e ramos de especialização</i>	<i>Atividades terciárias avançadas</i>
<i>Eficácia</i>	<i>Economias de escala</i>	<i>Integração horizontal</i>	<i>Economias externas de rede</i>
<i>Estratégia</i>	<i>O tamanho determina a função</i>	<i>A base de exportação determina o crescimento ou reforço das vantagens comparativas de cada centro</i>	<i>Cooperação interurbana Redes territoriais interurbanas</i>
<i>Objetivos de cooperação interurbana</i>	<i>Nenhum (exceto por objetivos militares ou diplomáticos)</i>	<i>Repartição da mão-de-obra (redes complementares)</i>	<i>Redes de sinergia Redes de inovações</i>

Extraído e adaptado de Camagni (1993 b, p. 67).

A observação da economia paulista, na segunda metade do século XX, permite-nos afirmar, numa análise geral, que a rede urbana refletiu, entre 1950 e 1980, a predominância das lógicas territorial e concorrencial.

Foram essas três décadas marcadas por um grande crescimento industrial, cujos níveis de concentração territorial foram marcantes em duas escalas diferentes: no plano nacional, o Estado de São Paulo detinha participação majoritária no PIB (Produto Interno Bruto) industrial brasileiro; no plano estadual, a região metropolitana concentrava em torno de 50% dessa produção.

A predominância das formas fordistas de produção e a grande expansão do setor industrial com aumento da participação dos grandes grupos nacionais e transnacionais no conjunto da produção, permitem afirmar que a lógica concorrencial predominou na organização das relações inter-regionais e interurbanas no Estado de São Paulo.

No entanto, esse predomínio foi marcado pela convivência, de forma contraditória ou complementar, com a lógica territorial, em função da sobrevivência e criação de pequenas unidades industriais pouco modernas, do ponto de vista tecnológico, de capitais de pequeno porte, do ponto de vista econômico, e com mercados de pequena amplitude, do ponto de vista territorial.

A crise econômica internacional, marcada pela tendência à diminuição das taxas de lucro do sistema capitalista, que se deliberou a partir de meados da década de 1970, teve seus reflexos manifestos, de forma um pouco tardia, no Brasil, a partir dos anos de 1980. Essa crise, como no plano mundial, impôs a necessidade das mudanças, às quais já se fez referência, de forma sucinta, é a responsável pela redefinição da divisão regional do trabalho, no Estado de São Paulo, dinâmica essa que vem ocorrendo de forma mais clara, a partir da década de 1990.

⁶ Embora seja menor o número de autores que destacam esse aspecto do processo, alguns têm se preocupado com a questão. Milton Santos, em muitos de seus textos, ao analisar as mudanças decorrentes da incorporação do meio técnico-científico-informacional ao sistema produtivo, tem priorizado a abordagem das mudanças pela perspectiva territorial. Georges Benko (1996), sobretudo na parte I de seu livro, também chama atenção para essa dimensão do processo. Roberto Camagnini analisa as relações entre organização econômica e redes de cidades (1993 a e 1993b).

Essa dinâmica foi possível, tendo em vista o aumento das possibilidades de comunicação, seja pela melhoria das infraestruturas e meios de transporte, facilitando e diminuindo os custos para a circulação das mercadorias, seja pelas possibilidades de circulação das informações, em função dos sistemas técnicos integrados por satélite, que permitem maior grau de conectividade entre diferentes pontos do espaço.

Essas possibilidades rapidamente potencializaram novas estratégias espaciais das empresas, que se revelaram pela tendência à descentralização territorial das atividades produtivas, ainda que a centralização do comando e da decisão tenha se mantido.

Do ponto de vista da rede urbana paulista, verificou-se, então, a dispersão das unidades industriais pelo interior paulista, de forma não homogênea, como não é homogêneo o grau de modernização das infraestruturas para a circulação das mercadorias e, tampouco, a distribuição dos mercados consumidores, do ponto de vista quantitativo (populacional) e qualitativo (poder aquisitivo da clientela).

A participação da Região Metropolitana de São Paulo no Total do Valor Adicionado na Indústria paulista caiu de 57,32%, em 1985, para 51,95%, em 1996.

Essa descentralização da atividade produtiva industrial beneficiou os centros urbanos regionais mais próximos à região metropolitana. No mesmo período 1985/1996, observa-se crescimento significativo dessa participação nas Regiões Administrativas de Campinas (17,46% para 18,49%), São José dos Campos (6,67% para 8,80%) e Sorocaba (4,94% para 5,35%), ainda que as regiões de Ribeirão Preto (1,63% para 2,31%) e São José do Rio Preto (0,67% para 1,55%) também tenham conhecido grande crescimento⁷.

Do ponto de vista do setor comercial, as duas últimas décadas foram marcadas por grande concentração econômica e difusão espacial das grandes empresas nacionais, bem como pela entrada de grupos transnacionais, sobretudo no ramo de hipermercados.

Essa tendência de conquista do mercado consumidor do interior paulista, seja pelos grandes grupos, seja pelos de porte médio, detentores de redes de fast food ou de franquias de diferentes ramos comerciais e de serviços, beneficiou não apenas os centros urbanos mais dinâmicos e/ou próximos à metrópole, como ocorreu em decorrência da descentralização das atividades industriais, mas também outros centros urbanos de porte médio, mais afastados da região metropolitana, e que viram reforçado seu papel regional de centros comerciais e de serviços.

Tanto as mudanças no setor industrial, como as do setor comercial, reforçaram a importância e o papel das cidades com papéis regionais no interior paulista, modificando as relações que sustentam a organização da rede urbana no Estado de São Paulo.

Às lógicas territorial e concorrencial, acrescenta-se a lógica em rede, já que a necessidade de maior competitividade, definida já no plano global, sugere a adoção do princípio da cooperação, inclusive no plano espacial.

Assim, ao mesmo tempo, que se observa a ampliação dos papéis urbanos da metrópole paulista, alcançando inclusive a escala global⁸, verifica-se a diversificação funcional de outros centros urbanos de grande e médio porte, e a complexificação da estruturação da rede urbana paulista, tendo em vista que lógicas de diferentes naturezas organizacionais e espaciais sobrepõem-se, articulam-se ou entram em conflito simultaneamente, gerando constantemente mudanças, às vezes duradouras, às vezes fluidas.

REDEFINIÇÃO DA CENTRALIDADE INTERURBANA

O estudo realizado pelo SEADE (São Paulo, 1999), para subsidiar uma análise das perspectivas de desenvolvimento urbano para o Estado de São Paulo⁹, tomou como uma das referências para a análise da rede urbana paulista os níveis de centralidade dos principais centros urbanos¹⁰.

⁷ Outras Regiões Administrativas do Estado de São Paulo tiveram aumento dessa participação como: Marília, Barretos, Franca, Bauru, Araçatuba e Presidente Prudente. As Regiões Administrativas que, além da Região Metropolitana de São Paulo, tiveram decréscimo nessa participação, no período 1985/1996, foram: Santos, Registro e Central. A fonte dos dados é a Secretaria de Estado da Fazenda e a Fundação SEADE.

⁸ Em diferentes estudos, São Paulo tem sido considerada como uma cidade global, tendo em vista que tem sido escolhida para sediar negócios dos grupos transnacionais, com interesses na América Latina. Pode-se considerar que esse caráter se definiu no decorrer da década de 1990, a mesma em que a metrópole paulista conheceu diminuição de seu papel industrial.

⁹ Trata-se do Fórum São Paulo Século XXI, que está sendo realizado pela Assembléia Legislativa de São Paulo, desde o início do ano 2000, e está organizado em 16 eixos temáticos, dentre os quais o de "Habitação e Desenvolvimento Urbano"

Os cinco critérios considerados para a classificação da rede urbana paulista foram os seguintes¹¹:

- ⇒ Centralidade – intensidade e dimensão da área de influência do centro urbano (abrangência regional do fluxo de bens e serviços).
- ⇒ Centros decisórios e relações internacionais – presença de centros financeiros, de sedes de grandes corporações, redes complexas de serviços modernos e intensidade de relações (com a rede urbana nacional e mundial).
- ⇒ Escala de urbanização – tamanho populacional dos centros urbanos, em relação ao conjunto nacional e em nível regional.
- ⇒ Complexidade e diversificação da economia urbana – Presença de setores econômicos diferenciados e com nível de articulação inter e intra-setorial.
- ⇒ Diversificação do terciário/funcionalidade – grau de diversificação das atividades de serviços e presença das atividades terciárias complexas e sofisticadas.

Os estudos citados chegaram aos seguintes resultados para a classificação das principais áreas urbanas do estado:

“Com base nesses critérios, São Paulo tem duas aglomerações urbanas metropolitanas, 11 aglomerações urbanas não metropolitanas de diferentes níveis de importância, complexidade e formas espaciais e nove centros urbanos principais, que não constituem aglomerações urbanas.” (São Paulo, 1999, p. 17)

As aglomerações urbanas metropolitanas são São Paulo (metrópole global) e Campinas (metrópole regional).

As aglomerações urbanas não-metropolitanas são: São José dos Campos, Ribeirão Preto, Santos, Sorocaba, São José do Rio Preto, Jundiaí, Limeira, Araraquara/São Carlos, Araçatuba, Moji-Guaçu/Moji Mirim e Guaratinguetá/Aparecida.

Observe-se que, no caso dessas aglomerações, o fenômeno de conurbação foi importante para a constituição de algumas delas, cuja aglomeração não resulta apenas do crescimento econômico da cidade principal, mas de duas cidades. Verifica-se, também, que dentre essas aglomerações encontram-se cidades, cujo tamanho populacional era inferior a 150 mil habitantes, em 1996, e não se encontram relacionadas na tabela 1 desse texto¹².

Os centros urbanos que não constituem aglomerações são: Bauru, Presidente Prudente, Piracicaba, Franca, Marília, Bragança Paulista, Jaú, Catanduva e Botucatu. Observe-se, também nesse caso, que algumas dessas cidades não tinham atingido o tamanho populacional de 150 mil habitantes, em 1996¹³.

Os aspectos destacados acima já indicam o grau de complexidade da estruturação da rede urbana paulista, pois nem sempre há relação direta entre o tamanho populacional e a importância da cidade na rede. Além disso, observa-se que onde a diversificação funcional é maior, em decorrência da convivência entre papéis industriais, comerciais e de serviços importantes, as áreas urbanas tendem a se constituírem como aglomerações, algumas das quais resultam de dinâmicas de conurbação, como ocorre com aquelas mais próximas à Região Metropolitana de São Paulo, ou melhor articuladas a ela pelo sistema de auto-estradas.

¹⁰ A análise foi baseada na pesquisa “Caracterização e tendências da rede urbana urbana do Brasil”. IPEA/IBGE/UNICAMP e na publicação da Fundação IBGE - “Regiões de influência das cidades”, 1993.

¹¹ São Paulo, 1999, p. 15-16.

¹² São elas: Jundiaí, Limeira, Moji-Guaçu, Moji Mirim, Guaratinguetá e Aparecida.

¹³ São elas: Bragança Paulista, Jaú, Catanduva e Botucatu.

Nas regiões administrativas onde o aumento da participação na produção industrial paulista foi menor, o crescimento demográfico e funcional decorreu, sobretudo, da concentração de atividades comerciais e de serviços no centro urbano regional e as aglomerações não se constituíram¹⁴.

Em função dessa complexidade funcional e dessa diferenciação regional, os níveis de centralidade, de cada uma dessas áreas urbanas, também, não têm relação direta com o tamanho populacional e a forma espacial mais ou menos complexa.

Com base em estudo do IBGE¹⁵, pode-se verificar que dentre as 16 cidades que, em 1996, tinham mais de 150 mil habitantes, os níveis de centralidade diferem de forma significativa, como demonstra o quadro abaixo.

Quadro 2
Estado de São Paulo
Níveis de centralidade das maiores cidades
1993

Nível de centralidade	Cidades classificadas	Número de cidades
Máximo	São Paulo	01
Muito forte	Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru, Marília, Presidente Prudente	06
Forte	Piracicaba, São José dos Campos, Sorocaba	03
Forte para Médio	Santos, Araçatuba, São Carlos, Araraquara, Taubaté, Franca	06

Fonte: IBGE, Regiões de influência das cidades.

A complexidade da rede urbana¹⁶ pode, assim, ser observada também pelo nível de centralidade de suas maiores cidades. Note-se que Santos, a sexta maior cidade paulista, tem nível de centralidade relativamente baixo no conjunto analisado. Por outro lado, cidades como Marília e Presidente Prudente, únicas de seu porte nas regiões onde se inserem, denotam nível muito forte de centralidade.

A redefinição dos papéis urbanos, decorrente das mudanças recentes no sistema produtivo, permitiu a sobreposição de múltiplas lógicas de organização espacial e não a estruturação do espaço e da rede urbana a partir de uma lógica única ou hegemônica.

O papel central de São Paulo é destacado, como indica sua posição no quadro 2. O declínio relativo de sua participação na produção industrial paulista foi, na última década, compensado pela ampliação de seus papéis terciários, com a ampliação de abrangência de seu papel metropolitano em uma economia em globalização.

Os papéis definidos historicamente para alguns dos centros urbanos maiores do Estado de São Paulo reforçaram-se, através da ampliação de suas funções comerciais e de serviços. Sendo centros urbanos, cuja situação geográfica não permite facilmente a concorrência de outros centros de mesmo porte, o nível de centralidade que exercem é notável, como é o caso de Marília e Presidente Prudente.

Com as mesmas características e, ainda, agregando, aos papéis comerciais e de serviços, uma participação um pouco maior na produção industrial paulista, destacam-se Bauru e São José do Rio Preto, cujos níveis de centralidade também foram considerados 'muito forte'.

Campinas, classificada com o mesmo nível de centralidade, é, dentre as cinco cidades, aquela que tem maior grau de complexidade funcional, assim como tamanho populacional. O fato de que é considerada uma metrópole regional não pode, ao nosso ver, estar dissociada da grande proximidade territorial que tem com a metrópole paulista. Mesmo se pesando seu dinamismo próprio e a densidade técnica e científica que seus centros de pesquisa lhe atribuem, é preciso considerar que parte de seu crescimento econômico e complexidade funcional decorre das mudanças observadas no perfil da metrópole de São Paulo.

As relações entre São Paulo e Campinas ainda merecem um estudo específico para se avaliar os graus de dependência, articulação e autonomia que há entre essas aglomerações urbanas. Pode se considerar que já tenha se iniciado a constituição de uma estrutura e forma sócio-espacial diferente e mais complexa

¹⁴ As exceções são Franca, classificada como centro urbano, mas com relativa participação no PIB industrial paulista e Araçatuba, cuja proximidade com Birigui, gerou a aglomeração que levou à sua classificação como aglomeração urbana não-metropolitana, ainda que seu papel industrial seja menor que o de Franca.

¹⁵ IBGE. Regiões de influência das cidades, 1993. Extraído de São Paulo (1999, p. 16).

¹⁶ Para uma análise mais abrangente das determinações de uma rede urbana ver Corrêa (2000).

que a da metrópole, do tipo metapolitana, nos moldes propostos por Ascher (1995), ou ainda, que como etapa intermediária entre uma estrutura e forma metropolitana e outra metapolitana, esteja se organizando, na área citada, uma estruturação do tipo metametropolitana, em função de um sistema de circulação menos fluido do que o observado na Europa nas áreas estudadas por Ascher. Essa estruturação organizar-se-ia pela centralidade principal e forte da área metropolitana de São Paulo e de menor nível de quatro áreas urbanas importantes (Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos) que, simultaneamente, gravitam em torno dela, estabelecendo-se relações do tipo complementares e concorrenciais, em grau maior ou menor, dependendo da complexidade funcional de cada uma dessas quatro áreas.

As três cidades classificadas com forte nível de complexidade - Piracicaba, São José dos Campos e Sorocaba - encontram-se próximas da Região Metropolitana de São Paulo e são centros industriais importantes, ainda que São José dos Campos se destaque nesse aspecto dentre as três. Do ponto de vista das formas espaciais que constituem Piracicaba não compõe aglomeração urbana, ainda que esteja bastante próxima de dois outros centros industriais de médio porte que são Rio Claro e Limeira.

Com o nível de centralidade mais baixo – ‘forte para médio’ – dentro as maiores cidades paulistas encontram-se Santos, Araçatuba, São Carlos, Araraquara, Taubaté e Franca. Poderíamos subdividir esse grupo em três.

Santos distinguir-se-ia das outras cidades por seu tamanho populacional e pela especificidade de sua mais importante função econômica, que é a portuária¹⁷. A descentralização territorial no Brasil, das atividades industriais siderúrgicas e de refinação de petróleo também deve ser considerada para que se compreenda a diminuição da participação da Região Administrativa de Santos no PIB industrial paulista. A sua situação geográfica litorânea, em uma planície costeira estreita e separada do planalto, onde a rede urbana é densa, além da proximidade de São Paulo (cerca de 90 Km), explicam seu baixo nível de centralidade interurbana.

Araçatuba é, dentre as cidades que compõem esse grupo, aquela cuja complexidade funcional é menor, pois o predomínio de atividades agropecuárias e de grandes propriedades, na região administrativa por ele polarizada, dificultam a diversificação de seus papéis urbanos. No entanto, a situação geográfica de única cidade desse porte num raio de 150 Km garante-lhe o papel regional de destaque que desempenha.

São Carlos, Araraquara, Taubaté e Franca, ainda que com níveis diferentes têm sua economia bastante apoiada nas atividades industriais. Todas as quatro cidades têm situação geográfica relativamente próxima a centros urbanos de maior peso regional o que explica esse menor grau de centralidade no conjunto das cidades estudadas.

Para finalizar, é importante ressaltar que qualquer iniciativa de classificação das maiores cidades paulistas deve ser considerada, como o fizemos, em termos relativos. A rapidez das mudanças e, sobretudo, o grau de complexidade das relações que estruturam a rede urbana paulista, indicam que é necessário ter cautela para que uma tipologia não se constitua em base a partir da qual se avalia, estaticamente, uma realidade econômica, social e espacial extremamente dinâmica e, progressivamente, mais articulada a escalas espaciais mais amplas.

¹⁷ Embora, nas últimas três décadas, tenha havido a modernização de alguns e a instalação de novos portos, no Brasil, tenha relativizado o papel do Porto de Santos, ainda ele ainda é a principal saída para a exportação da produção, sobretudo paulista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASCHER, François. **Métapolis (ou l'avenir des villes)**. Paris: Odile Jacob, 1995.
- BAENINGER, Rosana. "Cenário migratório recente" In: PATARRA, Neide et al. **Migrações, condições de vida e dinâmica urbana**. Campinas: UNICAMP, 1997, p. 53-74.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAMAGNI, Roberto. Organisation économique et réseaux de Villes. In: SALLEZ, Allain (org.) **Les villes, lieux d'Europe**. Paris: DATAR: Éditions de l'Aube, 1993 a, p. 107-128.
- CAMAGNI, Roberto. Réseaux de coopération et réseaux de villes: éléments pour un théorisation et une taxonomie. **Métropoles em desequilibre?** Actes du Colloque "Mutations Économiques et Urbanisation". Paris: Econômica, 1993 b, p. 65-85.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. **Território**. Rio de Janeiro: UFRJ e LAGET, n. 8, 2000, p. 121-129.
- SÃO PAULO (Assembléia Legislativa de). **Fórum São Paulo Século XXI – Caderno 5 – Habitação e Desenvolvimento Urbano**. São Paulo: SEADE, 1999.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. "A urbanização da Sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais" In: DAMIANI, Amélia Luisa et al. **O espaço no fim do século – a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 83-99.